

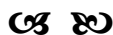
A ATUAÇÃO DE CACILDA GUIMARÃES: LUGARES E FAZERES (SANTA CATARINA, 1907-1931)¹

Elizabeth Martins

Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil

Vera Lucia Gaspar da Silva

Universidade do Estado de Santa Catarina - Brasil



Resumo

O estudo pretende dar visibilidade à trajetória profissional da professora paulista Cacilda Guimarães, que participou de momentos importantes da educação catarinense, particularmente da reforma da instrução pública de 1911. Apesar da singular participação, é notória a ausência de referências à sua atuação, creditada à falta de fontes e registros que permitam a constituição de uma base empírica capaz de subsidiar as reflexões e análises. A investigação foi conduzida de modo a localizar documentos que se reportavam à Cacilda Guimarães, a seus lugares de formação e primeiros contatos com a realidade educacional catarinense, assim como por seus fazeres, especialmente aqueles relacionados à reforma da instrução pública no Estado. Buscou-se, ainda, relacionar suas experiências ao cenário educativo, marcado pela necessidade de organização de um novo projeto, gestado no interior da reforma da instrução pública.

Palavras-chave: memória docente, trajetória profissional, Cacilda Guimarães, história da educação de Santa Catarina.

¹ Artigo produzido a partir da dissertação de mestrado *A presença ausente de Cacilda Guimarães: lugares e fazeres (1907-1931)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, e orientada por Vera Lucia Gaspar da Silva. Trabalho vinculado aos projetos de pesquisa *Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)* (Udesc/CNPq/Fapesc) e *História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional: 1930-1961* (CNPq).

**THE ACTIONS OF CACILDA GUIMARÃES:
PLACES AND ACTIONS (SANTA CATARINA, 1907-1931)**

Abstract

The aim of this study is to give visibility to the professional trajectory of the teacher Cacilda Guimarães, who participated in important moments in the history of education in the state of Santa Catarina, Brazil, particularly the public education reform of 1911. In spite of the unique role she played in those developments, there are no references to her activities, supposedly due to a lack of sources or records that would allow the establishment of an empirical basis to support reflection and analysis. This investigation was conducted in order to locate documents referring to Cacilda Guimarães, the educational institutions she attended and her first contacts with the educational reality of Santa Catarina, as well as her activities, particularly those related to the public education reform in that state. The study also sought to relate her experiences to the educational context, marked by the need to organize a new project managed within the public education reform.

Key-words: teaching memory, professional trajectory, Cacilda Guimarães, history of education in Santa Catarina.

**LA ACTUACIÓN DE CACILDA GUIMARÃES:
LUGARES Y HACERES (SANTA CATARINA, 1907-1931)**

Resumen

El estudio aspira a darle visibilidad a la trayectoria profesional de la maestra paulista Cacilda Guimarães, que participó de momentos importantes de la educación catarinense, particularmente de la reforma de la instrucción pública de 1911. A pesar de la singular participación, es notoria la ausencia de referencias sobre su desempeño, debido a la falta de fuentes y registros que permitan la elaboración de una base empírica capaz de apoyar las reflexiones y análisis. La investigación se realizó con el propósito de localizar documentos que aludían a Cacilda Guimarães, a sus lugares de formación y primeros contactos con la realidad educativa catarinense, así como por sus haceres, especialmente aquellos relacionados a la reforma de la instrucción pública en el Estado. Se buscó además relacionar sus experiencias al escenario educativo, marcado por la necesidad de organización de un nuevo proyecto, gestado en el interior de la reforma de la instrucción pública.

Palabras-clave: memoria docente, trayectoria profesional, Cacilda Guimarães, historia de la educación de Santa Catarina.

**LE RÔLE DE CACILDA GUIMARÃES:
LIEUX ET FAIRES (SANTA CATARINA, 1907-1931)**

Resumé

Cette étude a l'intention de montrer le parcours professionnel de la professeure Cacilda Guimarães, de São Paulo. Elle a participé à d'importants moments de l'éducation de l'état de Santa Catarina et, particulièrement, à la réforme de l'instruction publique de 1911. Malgré sa singulière participation, l'absence d'informations s'y rapportant est remarquable et est due au manque de sources et de registres permettant la constitution d'une banque de données empirique, capable d'alimenter les analyses et les réflexions. L'étude a été menée de façon à retrouver des documents qui concernaient Cacilda Guimarães, ses lieux de formation et ses premiers contacts avec la réalité éducative du Santa Catarina. De plus, cette enquête a cherché à rassembler ses actions et, surtout, celles liées à la réforme de l'instruction publique dans l'état et à établir un rapport entre ses expériences dans le domaine éducatif, marqué par le besoin de mise en œuvre d'un nouveau projet, engendré au cœur de la réforme de l'instruction publique.

Mots-clé: mémoire enseignante, parcours professionnel, Cacilda Guimarães, histoire de l'éducation de Santa Catarina.

Introdução

Este estudo pretende dar visibilidade à trajetória profissional da professora paulista Cacilda Guimarães, que participou de momentos importantes da educação catarinense, particularmente da reforma da instrução pública de 1911. Apesar da singular participação, é notória a ausência de referências à sua atuação nas produções que se debruçam no estudo deste período. Esta ausência é creditada à falta de fontes e registros que permitam a constituição de uma base empírica capaz de subsidiar as reflexões e análises. Esse apagamento se verifica, também, em relação a outros atores, mas foi a figura de Cacilda Guimarães que mais instigou a apresentação de uma proposta de trabalho que tomasse sua atuação como objeto.

Analisando vestígios e pequenos relatos da passagem de Cacilda Guimarães por Santa Catarina, foi possível estabelecer algumas relações entre seus fazeres pedagógicos e o cenário no qual atuou, cenário este que justificou escolhas ou pautou ações que se fizeram possíveis dentro de um quadro de enaltecimento da educação brasileira como um dos principais meios de transformação da sociedade. As discussões advindas da transição do Império para República e a necessidade de repensar os rumos do ensino, fez com que esse período fosse marcado por grandes expectativas.

Neste projeto de nação o papel do professor é enaltecido, haja vista a necessidade de formar cidadãos que soubessem interagir em uma suposta nova realidade social em construção. Gestava-se uma proposta de ensino para as classes populares que buscava aproximar-se de um sentido de modernidade, eficiência e cientificidade, bases para o desenvolvimento nacional.

Cabe lembrar que o desejo de reformular a educação primária, tendo como foco inicial a formação do professor, não expressava uma ação inédita no Estado, mas refletia um movimento ocorrido nos Estados brasileiros que lhe serviram como modelo. Maria das Dores Daros ressalta que

mesmo quando os procedimentos normativos legais eram de responsabilidade do governo catarinense, eles refletiam um contexto de discussão sobre a formação docente presente em outros lugares do país, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Daros, 2005, p. 12)

O foco na formação dos professores se justificava pela necessidade de dotar esses profissionais de um conjunto de dispositivos indispensáveis ao trabalho a ser desenvolvido. Entre esses dispositivos dever-se-ia primar pelo oferecimento de um currículo que contemplasse a função de educar, instruir e civilizar as novas gerações.

Para empreender a tarefa de propor as modificações no ensino e efetivá-las por meio de leis, decretos e circulares, assim como por um intenso sistema de fiscalização, foi contratado, pelo governo catarinense, o professor Orestes de Oliveira Guimarães². Orestes Guimarães já havia atuado em Santa Catarina anteriormente, quando fora responsável pela direção do Colégio Municipal de Joinville, importante município situado na região Norte do Estado. Cacilda Guimarães, sua esposa, teria integrado o corpo de professores deste estabelecimento.

Alguns anos mais tarde, durante a reforma da instrução pública de 1911, Cacilda Guimarães, atuando como professora contratada, foi responsável por auxiliar o marido na organização espacial dos grupos escolares em implantação, assim como por ministrar aulas com o intuito de demonstrar os novos métodos de ensino aos professores. Considerando-se a importância creditada ao modo pelo qual os professores se apropriavam dos métodos e os aplicavam junto aos alunos, assim como a necessidade de uniformização do ensino, compreende-se na função empreendida por Cacilda Guimarães sua singularidade.

A investigação foi conduzida de modo a localizar documentos que se reportassem à Cacilda Guimarães, a seus lugares de formação e primeiros contatos com a realidade educacional catarinense, assim como por seus fazeres, especialmente aqueles relacionados à reforma da instrução pública no Estado. Buscou-se, ainda, relacionar suas experiências ao cenário educativo, marcado pela necessidade de organização de um novo projeto, gestado no interior da reforma da instrução pública, em consonância com as mudanças propostas pelo regime republicano em grande parte do país.

Esta forma de condução do trabalho explica-se pela dificuldade em localizar documentos deixados pela própria Cacilda Guimarães, o que levou ao estudo de relatórios e demais fontes que remetessem à sua figura, explícita ou implicitamente. Não foram localizados arquivos privados ou registros da atuação de Cacilda Guimarães que nos permitissem conhecer suas experiências pessoais. Isso nos fez pensar sua trajetória a partir de outros olhares.

O esforço empírico dirigiu-se no sentido de localizar, em arquivos públicos e demais instituições de ensino dos Estados de Santa Catarina e de São Paulo, indícios da formação pedagógica de Cacilda Guimarães, bem como vestígios de uma atuação que culminou na indicação para o desempenho de suas funções no estado catarinense.

² Gladys Mary Ghizoni Teive tem feito significativo investimento no estudo da atuação deste educador em Santa Catarina e conta já com vasta produção sobre o tema.

Concentrou-se na análise de documentos salvaguardados em arquivos da Escola Normal Caetano de Campos, sob responsabilidade do Centro de Referência Mário Covas, na cidade de São Paulo, onde se obteve informações a respeito da formação como normalista num dos estabelecimentos de ensino mais conceituados à época³. Ainda na cidade de São Paulo, buscaram-se indícios no Arquivo Público do Estado, na Associação do Professorado Paulista e na Fundação Sud Menucci.

Em Santa Catarina o destaque foi dado aos relatórios dirigidos ao governo do Estado, sobretudo os encaminhados por Orestes Guimarães, bem como leis, decretos e circulares do ensino, localizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e na Assembleia Legislativa do Estado.

Percorreu-se, ainda, algumas cidades catarinenses à procura dos arquivos dos primeiros sete grupos escolares⁴, quais sejam, Grupo Escolar Conselheiro Mafra, localizado em Joinville, Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, Grupo Escolar Lauro Muller e Silveira de Souza em Florianópolis, Grupo Escolar Vidal Ramos, em Lages, Grupo Escolar Victor Meirelles, em Itajaí, e Grupo Escolar Luiz Delfino, em Blumenau. A aposta foi por encontrar sinais de como se constituíam essas instituições e o modo como foi organizado o ensino. Porém, a precariedade na preservação dos acervos esbarrou na intencionalidade de estudo dos documentos produzidos pelas instituições de ensino. Alguns desses importantes documentos passaram a compor coleções de arquivos históricos municipais ou estaduais, outros se perderam, tendo como destino arquivos privados ou mesmo a destruição.

A pesquisa contou, ainda, com a colaboração de pesquisadores de diferentes regiões, que contribuíram com o envio e localização de material essencial ao estudo ou com indicações de possíveis fontes e leituras.

O investimento teórico tomou como referência, entre outras, as contribuições de Antônio Viñao Frago (1995) acerca da categoria cultura escolar, considerando cultura escolar como conjunto de ideias, princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas.

A cultura escolar, que se desenvolveu a partir da reforma da instrução pública de Santa Catarina, procurou diferenciar-se da educação representada pelo período que lhe

³ Entre os vários estudos que fazem referência à Escola Normal Caetano de Campos, destacamos o trabalho de MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: O lado noturno das luzes*. Campinas: Unicamp, 1999.

⁴ Sobre o tema consultar SILVA, Vera Lucia Gaspar da; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos escolares: criação mais feliz da república? Mapeamento da produção em Santa Catarina. *Revista Linhas*, v. 10, 2009, p. 31-53. Disponível em <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1827/1403>>.

foi precedente. Durante a República esse espaço foi transformado, no sentido de dotá-lo de contornos aproximados de uma modernidade social pretendida, conferindo-lhe condições materiais para a aplicação de normas e práticas constantes de um discurso sobre a educação, fator de desenvolvimento social e político.

A inserção no colégio municipal e a reforma de 1911

No ano de 1907, o casal Guimarães aporta em terras catarinenses a fim de desempenhar uma função que lhes foi destinada pelo prefeito da cidade de Joinville, Oscar Schneider, e pelo coronel Abdon Batista. Com o aval do governo do Estado, tiveram a função de organizar o Colégio Municipal, localizado na cidade de Joinville, dotando-o de um caráter modernizante, modelo já experienciado em Estados considerados mais desenvolvidos econômica e politicamente.

Orestes e Cacilda Guimarães representavam um modelo de educação que era defendido como o mais avançado para a população brasileira em idade escolar, referenciado na atuação de professores paulistas em diversas regiões brasileiras. Além de Cacilda e Orestes Guimarães, também foram contratados outros professores paulistas para atuar no Colégio Municipal de Joinville, como comprova nota divulgada no jornal *Comércio de Joinville*, em novembro de 1906: “O sr. Orestes Guimarães terá um auxiliar vindo de São Paulo”. Em 1º de fevereiro de 1907, o mesmo jornal noticia que

o professor Colatino Fagundes, de São Paulo virá auxiliar o Sr. Professor Orestes Guimarães no Colégio de Joinville, cujas aulas prevemos sejam abertas em meados de fevereiro, depois do edifício convenientemente preparado. (*Comércio de Joinville*, 1º de fevereiro de 1907)

Ainda consta o registro da presença do paulista Zeno Barbosa, professor do 2º ano masculino.

A proposta de organização do Colégio Municipal considerava a construção material e simbólica de um espaço planejado, pautado no aproveitamento racional do tempo, na classificação das aprendizagens por graus de desenvolvimento, na divisão do trabalho do professor segundo as áreas do conhecimento. Sofrendo modificações profundas tanto na organização espacial, quanto administrativa, programática e pedagógica, esta instituição passou a abarcar um conjunto de normas e ritos que buscaram aproximar a realidade educacional catarinense com aquela que lhe serviu de modelo, a paulista.

Figura 1 – O casal Guimarães



Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Acervo da Escola Básica Cacilda Guimarães.

Este foi um primeiro passo para que no ano de 1911 o Colégio Municipal de Joinville fosse transformado em grupo escolar, o primeiro dos sete grupos implantados no Estado a partir da reforma. No período de 1907 a 1909, Orestes Guimarães foi responsável pela direção do Colégio Municipal e Cacilda Guimarães, sua esposa, foi contratada como professora.

Na configuração planejada para o novo ordenamento do Colégio Municipal, verificam-se características que o aproximavam do ensino praticado nos grupos escolares do Estado paulista, tal como a divisão das turmas em seções masculina e feminina, sendo os professores homens responsáveis pelas primeiras e as professoras mulheres pelas segundas. Essa prática era corrente nos grupos escolares já implantados, onde não somente os alunos eram distribuídos segundo os sexos, mas também os professores. Contudo, as mulheres também poderiam se ocupar do ensino nas classes masculinas:

As classes de meninas seriam regidas somente por professoras, já que estas deveriam se ocupar também das aulas de ‘trabalhos de agulhas’; as dos meninos poderiam ser regidas por docentes de ambos os sexos. (Gaspar da Silva, 2006, p. 184)

Quanto às disciplinas, eram oferecidos Português, Alemão, Francês, Italiano, Aritmética Teórica e Prática, Geografia, História Natural, Física, Química, Desenho, Ginástica e Exercícios Militares. O envio de tarefas para casa era utilizado como um expediente de reforço das lições ministradas em sala. Havia, porém, disciplinas com ensino exclusivo em sala, ministradas oralmente pelos professores responsáveis.

O currículo proposto para o Colégio Municipal fazia referência à introdução das lições de coisas, do ensino lento, variado e recapitulativo. No ano de 1909, como aponta relatório entregue ao governo de Estado, findado o período de organização do Colégio Municipal de Joinville, Orestes Guimarães expõe aos professores como deveria ser aplicado o programa de ensino que, segundo ele, mais se aproximava do método intuitivo:

Srs. Professores. Recomendo-vos que no ensino das diferentes disciplinas obedeçais as instruções seguintes: a) sempre que for possível, toda ideia nova deve ser objetivamente levada ao conhecimento do aluno, aproveitando os mapas, quadros, aparelho Level, esferas etc.; b) nos exercícios de linguagem, geografia, história etc. não apresentar de uma vez muitas ideias novas. A intensidade da atenção está na razão inversa da extensão do assunto; c) falar com clareza, de modo a fazer o aluno entender que uma ou outra vez se reprisa um assunto ou se repete uma explicação; d) propor a questão à classe em geral e só depois nomear quem a deve responder; e) tornar atrativa a exposição procurando despertar a curiosidade; f) coordenar as ideias e os raciocínios num encadeamento lógico; g) não exigir do aluno muita atenção de espírito, para evitar que o cansaço o impossibilite de acompanhar a explicação; h) variar a ordem das perguntas fazendo o aluno perceber que se acha exposto a ser chamado; i) corrigir ou completar uma resposta deficiente; j) variar os métodos de exposição; k) expor com variedade e clareza o assunto que for lido, seja ele qual for, e pedir resposta aos alunos. (Orestes Guimarães, 1909, p. 21)

A evidência dispensada ao método de ensino, o que se verifica já a partir da organização do Colégio Municipal, demonstra tratar-se de ponto essencial na proposição e efetivação dos programas dirigidos à educação primária.

Outro ponto que aproximava o ensino proposto no Colégio Municipal de Joinville com o praticado no Estado de São Paulo pode ser visualizado na organização das datas festivas, particularmente aquelas ligadas às comemorações cívicas. Esses momentos eram cercados de intenso planejamento, constando de um programa que incluía exaltação dos símbolos nacionais, cânticos, marchas e demais demonstrações de nacionalidade. Organizavam-se, ainda, os batalhões escolares, compostos por meninos da escola. Fardados e portando os símbolos da pátria, realizavam exercícios militares e passeios em datas solenes, como 7 de setembro.

Segundo Rosa Fátima de Souza (1998), os batalhões infantis produziam encantamento em alunos, pais e professores:

O batalhão oferecia a representação de um corpo unido e harmônico, como deveria ser a pátria e a nova ordem. [...] O batalhão infantil, réplica da corporação militar, atualizava, nos exercícios escolares e nos rituais dos desfiles, a figura mítica do soldado como herói da pátria (p. 272).

Inseridos nos rituais de que se serviu a escola para enaltecer as características de um país e de seu povo, os batalhões infantis se aproximavam da prerrogativa de ensinar pelo exemplo dos grandes homens e de seus feitos por amor a sua nação. Um desses momentos de celebração dos símbolos nacionais foi descrito no jornal *Comércio de Joinville*. Em desfile alusivo a 7 de setembro, os estudantes, devidamente fardados e empunhando a bandeira nacional, acompanhados por professores e pelo diretor do Colégio Municipal, realizaram exercícios de marcha e manobras militares:

Às cinco horas da tarde, reunido o batalhão de alunos desse mesmo collegio, tendo a frente a excelente banda musical “Guarani”, percorreram diversas ruas da cidade fazendo parada no Largo do Mercado, onde grande número de pessoas a ocasião de assistir bonitas manobras desse batalhãozinho de creanças tão bem disciplinadas pelo seu ilustrado professor Orestes Guimarães. (*Comercio de Joinville*, 19 de setembro de 1908)

Durante esses festejos era comum a população saudar os alunos em marcha, exaltando sua capacidade de organização e entusiasmo. Também ocorria a declamação de poemas ou discursos, como se pode perceber a seguir:

Feitas as manobras continuaram com essa marcha pelas ruas São Pedro e do Príncipe, parando em frente do Clube Joinville, onde o nosso companheiro de redacção Sr. Julio Barreto, da sacada do edifício do Club, dirigio a palavra aos dedicados alunos e ao ilustre professor, Sr. Orestes Guimarães, falando sobre a independência do Brazil e saudando aos mesmos por motivo daquela festa; terminou com um viva ao dia 7 de setembro, sendo em seguida executado o hynno nacional pela banda musical Guarany. (*Comercio de Joinville*, 19 de setembro de 1908)

O fardamento escolar ainda era utilizado quando da visita de alguma autoridade à cidade, como no caso da chegada de Abdon Batista: “O porto de desembarque estava empalmeirado e adornado com bandeiras” (*Comércio de Joinville*, 12 de setembro de 1908, p. 2). A chegada, como relata o *Comercio de Joinville*, foi cercada por grande festa e número expressivo de pessoas. Ao desembarcar, Abdon Batista deu “um viva” à demonstração de apreço manifestada pelos presentes. Em seguida, parte para caminhada pelas principais ruas da cidade, acompanhado pelo povo: “Os alunos do

Colegio Municipal de Joinville estiveram presentes com professores e seu diretor” (Idem, p. 2).

O jornal faz menção à participação de meninos e meninas; “aquelles em seu uniforme escolar e militarmente fardados, e estas, conduzindo bouquêtes, davam ao festivo acto da recepção a nota alegre e encantadora” (*Comércio de Joinville*, 12 de setembro de 1908, p. 2). É muito provável que Cacilda Guimarães fosse uma das integrantes destas atividades.

Outro exemplo emblemático eram os preparativos para a realização dos exames. Constituindo eventos públicos, simbolizavam a diferenciação do ensino praticado em cada instituição e seus resultados positivos eram expostos em jornais de circulação local. Em seguida à aprovação nos exames finais, os estudantes com melhor desempenho recebiam prêmios que evidenciavam sua distinção frente aos demais, assim como a competência da escola e do professor responsável por cada turma.

Fato semelhante ocorria nas escolas graduadas de São Paulo, onde autoridades políticas e pessoas influentes ofereciam aos melhores alunos medalhas, livros, quantias em dinheiro ou outros presentes:

A premiação dos alunos mais brilhantes ressaltava a força simbólica de uma cultura escolar que se estava construindo com base na homogeneização e, contraditoriamente, na individualização. É sabido que a República não instaurou no Brasil uma sociedade democrática e a cidadania de fato. [...] Dessa forma, numa sociedade marcada por forte estrutura hierárquica e por grandes desigualdades sociais, explica-se por que a ideologia liberal do mérito tenha sido tão valorizada. (Souza, 1998, p. 247)

As premiações, além de representarem uma distinção da escola, dos professores e do diretor, também denotavam a supremacia dos melhores resultados em graus de comparação muito fortes. Como espetáculos públicos, os exames fixavam vencedores e vencidos, dignos de glória, reprovação ou esquecimento.

No ano de 1908, foram premiadas oito alunas do 3º ano feminino, regido pela professora Cacilda Guimarães: Elisa Constantino, Emma Constantino, Elisa Fernandes, Alpaídes Mira, Mharta Schimming, Helena Klein, Leonor Batista e Maria Eugênia Corrêa. O total de aprovações nessa classe foi de 16, em um grupo de 22 alunas. De certa forma, a grande quantidade de aprovações, que superaram o número de alunas reprovadas, significou o coroamento da prática pedagógica da professora, assim como ocorreu com os demais profissionais do Colégio que obtiveram bons resultados.

Como já referido, a proposta de Orestes Guimarães e de seus professores auxiliares na efetivação de mudanças no ensino e na modificação da estrutura física do Colégio Municipal de Joinville, esteve em consonância com as aspirações por uma educação mais aproximada com o modelo considerado positivo, materializado na educação paulista. A própria contratação do professor Orestes e de Cacilda Guimarães demonstrava o desejo dos grupos políticos atuantes no governo local de dotar o Colégio de um conjunto de características estruturais que o diferenciasssem de outras formas de ensino existentes. Para tanto, o Colégio Municipal de Joinville foi tomado como modelo para a construção de propostas semelhantes.

Acredita-se que foi utilizado como campo de experimentação das novas práticas educativas e, em seguida, transformado em vitrine, refletindo a capacidade de transformação educacional do Estado de Santa Catarina. Essa hipótese se justifica quando o mesmo governo catarinense que propôs a contratação de Orestes e Cacilda Guimarães para atuarem na cidade de Joinville, de 1907 a 1909, empreende negociações para preenchimento do cargo de inspetor geral do ensino, no ano de 1911. Esse cargo foi oferecido a Orestes Guimarães, sendo sua esposa Cacilda Rodrigues Guimarães responsável por auxiliá-lo no intuito de reorganizar o ensino primário em todo o Estado de Santa Catarina.

Já conhecido pelo governo catarinense, o casal Guimarães seria novamente acionado, desta vez para uma tarefa que exigia um esforço ainda maior. Ambos possuíam a experiência necessária à organização e planejamento do programa a ser cumprido e, no caso de Cacilda Guimarães, conhecimento do método de ensino. A disseminação do método de ensino intuitivo parece ter sido uma das funções mais importantes de Cacilda Guimarães, com base nas informações de que nele se baseavam todos os outros pontos da reforma.

A experiência desenvolvida pela organização do Colégio Municipal de Joinville pode ter conferido a Cacilda Guimarães reconhecimento, reverberando em indicação posterior para preenchimento do cargo de professora contratada para auxiliar na reforma da instrução pública de Santa Catarina, ocorrida em 1911.

O estudo considera ainda outros fatores que possivelmente influenciaram na contratação de Cacilda Guimarães, dentre eles o fato de ser esposa de Orestes Guimarães, o reformador do ensino. Contudo, para além da explicação que se reduz a um possível apadrinhamento do marido, é importante que se analise a atuação anterior de

Cacilda Guimarães, a partir do trabalho realizado no Colégio Municipal de Joinville e de sua formação na Escola Normal Caetano de Campos.

A presença ausente de Cacilda Guimarães

Se a atuação de Cacilda Guimarães foi importante para o cenário de modificações pelas quais passava a educação pública catarinense, como atestam as fontes disponíveis, porque esses mesmos documentos concorrem para sua invisibilidade? Porque restaram tão poucos relatos e memórias?

Ao enveredar pela busca de relatos sobre a reforma da instrução pública de Santa Catarina, ocorrida em 1911, tentando localizar a atuação de Cacilda Guimarães, verifica-se a escassez de documentos, principalmente no que diz respeito dos seus fazeres.

Na contramão, os documentos preservados em arquivos públicos do Estado, mesmo que em quantidade reduzida, demonstram a presença desta professora no contexto da reforma. Mas são pequenos os vestígios que se resumem a notas pontuais em relatórios dirigidos ao governo do Estado e, em sua maioria, escritos pelo próprio Orestes Guimarães, inspetor geral do ensino e marido de Cacilda Guimarães. Esta ausência pode ser compreendida enquanto invisibilidade daquele que faz parte, que está presente, mas de forma velada.

Outro fato que possivelmente tenha contribuído para manter resguardados os fazeres de Cacilda foi a postura de Orestes Guimarães frente a sua própria atuação durante esse período. Apesar de em seus relatórios citar fatos e pessoas que tenham contribuído para o empreendimento da reforma, acaba por utilizá-los como estratégia para enaltecer sua figura pública e o comando eficiente dos dispositivos empreendidos para tal fim.

É possível afirmar a existência de uma concentração de poder na pessoa de Orestes Guimarães, tanto se analisados os relatos dos órgãos locais e demais autoridades políticas, quanto na postura do próprio reformador, amparado na importância do cargo que ora lhe foi confiado. Considerando o prestígio e mesmo autopromoção fomentada pelo próprio Orestes Guimarães, acredita-se que as demais iniciativas dos professores considerados seus auxiliares permaneceu, de certa forma, pouco visível, sendo ligados diretamente aos fazeres do inspetor geral do ensino.

O esquecimento de figuras consideradas coadjuvantes no cenário educacional também estaria ligado a questões de gênero. Os cargos de inspetor de ensino e diretor dos grupos escolares, ao menos no início do funcionamento desses estabelecimentos de

ensino foi, durante a efetivação da reforma, preenchido por homens que ocupavam postos de destaque ou eram detentores de prestígio social.

A convivência entre homens e mulheres, nesse sentido, se deu de forma a privilegiar as ações dos primeiros, preferencialmente indicados quando o cargo exigia características ligadas à competência e ao poder de comando. A ocupação dos espaços por homens e mulheres não se deu da mesma forma para ambos os sexos, mas envolveu disputas por visibilidade e afirmação. Percebe-se, além de um acordo social que delimita quais cargos deverão ser ocupados por determinados tipos de pessoas, uma ausência de visibilidade dos fazeres de profissionais que se encontram subordinados àqueles com maior prestígio.

Guacira Lopes Louro (1987) aponta que não é possível situar a condição feminina em sua opressão, sem situá-la historicamente. No caso em foco, percebe-se a função da mulher muito ligada ao fazer pedagógico, mas não lhe é outorgada uma participação que obscurecesse a afirmação pública da figura masculina.

Apesar de considerar que a oposição entre homens e mulheres é constitutiva do ser humano, do ser social, visto que biologicamente homens e mulheres se constroem em oposição entre masculino e feminino (Louro, 1987), a dominação de um sexo sobre o outro é histórica, logo passível de ser reelaborada:

Assim, esta estreita relação permite que se entenda que a contradição homem/mulher não se resolve, não se elimina, e sim que ela se transforma, se modifica ao longo da história. (O que não exclui do horizonte a possibilidade de ela se estruturar de modo muito mais justo em uma sociedade futura, diferente desta). Em outras palavras, entendemos que a contradição homem/mulher, enquanto oposição e relação de contrários, tem uma base natural (biológica), mas que a sua manifestação opressiva, ou seja, de dominação de um sexo sobre o outro, é histórica e portanto passível de transformação. (Idem, p.11)

Cacilda Guimarães vivenciou a dicotomia entre o prestígio que lhe deveria ter sido conferido pela função desempenhada e o esquecimento dotado de um caráter de dominação masculina presente no cenário educacional. É possível que o fazer pedagógico dessa professora estivesse atrelado ao espaço ocupado onde “homens e mulheres se encontram, se evitam ou se procuram” (Perrot, 1998, p. 8).

O espaço público que mostra e esconde, que dota de significação ou deixa no esquecimento. Aqui falamos de fazeres esquecidos - de mulheres oprimidas ou que se permitem a opressão - ou a contradição de homens que vivem o esquecimento apesar de sua condição masculina, citando como exemplo a carência de informações acerca do

grupo de professores, também homens, que foram contratados para auxiliar na reforma de 1911.

Um esquecimento “índissociável da memória” (Mignot, 2002, p. 32) é necessário ao movimento da lembrança, do recordar-se. De certa forma, foi preciso que a história do movimento pela reforma da instrução pública catarinense mantivesse alguns de seus personagens no esquecimento para que pudessem ser lembrados a partir de sua própria invisibilidade, de seus fazeres pouco perceptíveis. Falando-se a partir do que não existia ou do que estava encoberto por uma série de outros fatores elevados a categoria ou condição de mais expressivos, falava-se também dos atores que ficaram à margem, conferindo-lhe importância.

Essa interpretação da história trouxe consigo a necessidade de dirigir o olhar para documentos e fontes considerados de menor valor até pouco tempo. Geralmente buscava-se a verdade sobre determinado acontecimento a partir de documentos que lhe conferissem legitimidade, ditos oficiais, correntemente aqueles produzidos pela esfera pública - relatórios, ofícios, Leis, regimentos dos órgãos do governo ou de instituições a ele ligadas, assim como se mantinha a preferência explícita pelo documento escrito.

Porém, questionava-se a própria função do documento para o estudo histórico. Uma concepção sobre sua utilização, trazida principalmente a partir dos estudos empreendidos pela nova história ou história cultural, expôs a necessidade de um alargamento da função do documento e, por conseguinte, dos tipos de documentos possíveis de serem utilizados. Não mais apenas as fontes oficiais que traduziam a história feita pelos grandes homens ou grandes governantes, mas aquelas que se debruçavam sobre histórias de homens e mulheres comuns e o modo pelo qual viveram períodos de intensa transformação social, política e cultural. Não mais apenas o documento escrito, mas “escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (Le Goff, 1996, p. 540).

Esse primeiro momento de contestação da função do documento, iniciado na década de 1960, abriu caminho à possibilidade de utilização de variadas formas de interpretação da história, não deixando de lado o rigor metodológico que deve vir da análise comprometida. As memórias de vida e trajetórias profissionais começavam a circular como modos privilegiados de compreensão de diferentes momentos, dando-se crédito não somente aos relatos da esfera pública, mas ainda da esfera privada. Cartas, bilhetes, anotações, fotografias e diários íntimos dotados de importantes vestígios de vida que foram se constituindo dentro de lugares e fazeres específicos.

Por um lado, traduzindo a visão particular daqueles que os produziram, uma seleção de imagens, fatos e pessoas que auxiliaram na criação de identidades históricas e, por outro, importantes vestígios sobre um passado que o historiador busca compreender, desvendar, partilhar. Do mesmo modo, começavam a contribuir para a abordagem da história dos fazeres das mulheres, analisando sua participação ao longo dos tempos, tanto nos espaços públicos quanto na vida privada.

Como relata Michele Perrot (1998), durante o século 19 o lugar da mulher passa a ser não somente o espaço do lar, mas a rua, a cidade. Ela transita entre a vida doméstica e a vida pública, representada pelo espaço do trabalho, no caso das mulheres das classes mais baixas, ou nas casas de chá, nos grandes magazines, para as das classes altas, onde as posições hierárquicas são mais definidas. Apesar da permissão de frequentar certos lugares, às mulheres ainda são destinados espaços bastante específicos neste momento, quase sempre em posição subalterna aos homens, vivendo em um universo de vigilância e punição:

Os gestos obedecem a códigos de urbanidade que ditam o que uma mulher “decente” deve evitar fazer. A coerção pesava com mais força sobre as mulheres “da sociedade”, em razão de sua função de representação, do que sobre as mulheres do povo, infinitamente mais livres em seus movimentos, pelo menos enquanto não educadas. A escola ou a moda certamente desempenharam, sob este aspecto, certo papel. (Perrot, 1998, p. 41)

A presença das mulheres professoras no cenário da educação brasileira não pode ser esquecida uma vez que, já na virada do século 19 para o 20, o magistério começava a se configurar como profissão majoritariamente feminina. A documentação que apontava para um novo olhar sobre as fontes e documentos como suporte à pesquisa histórica, passa a considerar não apenas o papel dos homens, mas também das mulheres como personagens importantes da história, seja como atores marcados pela dominação, seja como atores marcados pela resistência.

Considerações finais

Este artigo buscou apresentar algumas reflexões desencadeadas pelo projeto de dissertação de mestrado que teve como objeto de estudo a atuação da professora paulista Cacilda Guimarães no ensino público catarinense, com ênfase especial à reforma da instrução pública. Rastreando sua atuação como professora do Colégio Municipal de Joinville e, posteriormente, como braço pedagógico da reforma aludida, depara-se com o apagamento de sua figura pública.

Tomando-se como indicativo as fontes disponíveis, foi possível perceber que os fazeres de Cacilda Guimarães estiveram alicerçados nas transformações ocorridas em todo o país com relação à adoção de um modelo de escolarização para as classes populares. As discussões empreendidas, particularmente nas esferas do poder público, reverberaram em um modelo de educação que procurava diferenciar-se dos existentes até então, sobretudo aqueles mantidos pelo Império.

Da crítica extrema a essa forma de governo e a seus empreendimentos em vários setores sociais, tomou-se como exemplo a criação de espaços de ensino diferenciados, próprios para a educação dos pequenos. As reformas de ensino levadas a cabo em vários Estados, com destaque para o Estado de São Paulo, apontavam para a construção de um dispositivo que abarcava a adoção do método de ensino intuitivo, a formação dos professores primários, a fiscalização e controle dos processos de ensino e de seus agentes, a construção dos grupos escolares como espaços de diferenciação, assim como a divulgação de propostas e resultados positivos com relação às iniciativas republicanas.

A participação de professores paulistas como propositores das reformas iniciadas em diversas regiões, fez com que estes profissionais fossem prestigiados a partir do trabalho desempenhado em cada Estado. O responsável por comandar a reforma da instrução pública em Santa Catarina foi Orestes Guimarães, que trouxe consigo, além de outros colaboradores, sua esposa Cacilda Guimarães. Num primeiro momento, ambos foram contratados para desempenhar a modernização do Colégio Municipal de Joinville.

O estudo considerou que a efetivação dessa proposta e os resultados alcançados, registrados e divulgados nos meios de comunicação locais em circulação na época, fez com que o casal fosse novamente lembrado quando das negociações para contratação de profissionais ao empreendimento da reforma. A nova configuração do Colégio Municipal assemelhava-se às características adotadas nos grupos escolares paulistas, com relação à adoção do método de ensino, à divisão do trabalho docente, à realização de exames e dias festivos, bem como a organização espacial que em muito lembrava aquelas instituições de ensino.

Considera-se, da mesma forma, que a prática do trabalho com o método intuitivo tenha habilitado Cacilda Guimarães a uma nova indicação, desta vez no ano de 1911, como professora contratada para auxiliar na reforma da instrução pública catarinense. Sua principal função seria ministrar aulas que servissem de modelo aos professores dos grupos escolares e algumas escolas isoladas localizadas próximas a estes. Além disso,

teve a tarefa de organizar o espaço e os programas de ensino dos primeiros sete grupos escolares inaugurados.

Apesar da importância de sua atuação profissional, Cacilda Guimarães permaneceu à margem da divulgação acerca dos resultados da referida reforma. Contudo, esse apagamento acabou por fazer com que se lembrasse de seus fazeres, de modo que fosse necessário trazê-los à discussão a partir dos poucos indícios existentes. Os vestígios de sua participação nesse momento importante da história da educação pública catarinense estão presentes de forma significativa, conferindo-lhe visibilidade e importância.

Referências

COMÉRCIO DE JOINVILLE. 1908/1909.

DAROS, Maria das Dores. Formação de professores em Santa Catarina: breves considerações sobre sua história. In: DAROS, Maria das Dores, DANIEL, Leziany Silveira, SILVA, Ana Cláudia da (orgs.). *Fontes históricas: contribuições para o estudo da formação dos professores catarinenses (1883-1946)*. Florianópolis: UFSC, 2005, p. 11-22.

GASPAR DA SILVA, Vera Lúcia. Vitruvianas da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 341-376.

GUIMARÃES, Orestes de Oliveira. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Superintendente Municipal de Joinville, em 20 de abril de 1909.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. *Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres*. Porto Alegre: Ufrgs, 1987.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado de Alvara Armando Alberto*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

PERROT, MICHELE. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

VIÑAO FRAGO, António. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: SBHE, ano 0, 1995, p. 63-82.

ELIZABETH MARTINS é professora rede municipal de ensino de Florianópolis, com mestrado em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Endereço: Avenida Pequeno Príncipe, 1120 - fundos - Campeche - 88063-000 - Florianópolis - SC.

E-mail: elisamartinsbr@gmail.com.

VERA LUCIA GASPAR DA SILVA é professora associada do Centro de Ciências Humanas e da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia, com mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo.

Endereço: caixa postal 10179 - 88062-970 - Florianópolis - SC.

E-mail: vera.gaspar@floripa.com.br.

Recebido em 2 de junho de 2011.

Aceito em 20 de outubro de 2011.